

EDUCAÇÃO FÍSICA COMO ÁREA DE CONHECIMENTO, CAMPO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA E DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL: O QUE FAZER EM UM PERÍODO DE DESTRUIÇÃO DE FORÇAS PRODUTIVAS?

Celi Nelza ZulkeTaffarel – Professora Dra. Titular FACED/UFBA

E-mail celi.taffarel@gmail.com

RESUMO

O presente texto trata da Educação Física, enquanto área do conhecimento, campo de formação inicial e continuada e de atuação profissional. Objetiva contribuir com as reflexões pedagógicas sobre o que fazer em termos de pesquisas, de formação inicial e continuada de professores e intervenção profissional, em tempos de destruição do Estado Democrático de Direito, de retirada de conquistas, de avanços da extrema-direita conservadora e de seu ideário moral, ideológico, a-científico, a-histórico e acrítico. Trata-se de um ensaio, com base em referências bibliográficas clássicas e, de referências recentemente defendidas em forma de dissertações e teses. São apresentados elementos sobre a “crise-ajuste-crise” do capital com o crescimento da exploração e crise crescente do capital, e as consequências no Brasil da aplicação dos ajustes estruturais, em especial na Educação e na Educação Física. Por fim, considerando as contradições da negação do acesso ao patrimônio cultural da humanidade, principalmente a setores significativos da classe trabalhadora, identificamos possibilidades concretas para enfrentar o fardo do peso histórico de superar, com um programa de transição, o processo de degeneração próprio do capitalismo, visando a emancipação da classe trabalhadora. Processo este que a Educação Física, enquanto área do conhecimento, campo de formação e de atuação profissional não estará eximida.

Palavras-chaves: Educação Física. Formação inicial e continuada de professores. Educação Física e atuação profissional. Educação Física abordagens e concepções. Golpe na Educação.

PHYSICAL EDUCATION AS AN AREA OF KNOWLEDGE, A FIELD OF INITIAL AND CONTINUING TRAINING AND PROFESSIONAL PERFORMANCE: WHAT TO DO IN A PERIOD OF DESTRUCTION OF PRODUCTIVE FORCES?

ABSTRACT

This text deals with Physical Education as an area of knowledge, a field of initial and continuing training and professional performance. It aims to contribute to the pedagogical reflections on what to do in terms of research, of initial and continuing teacher training and professional intervention in times of destruction of the Democratic State of Law, withdrawal of achievements, and advances of the extreme right-wing and its ideological, unscientific, ahistorical and uncritical moral ideas. It is an essay, based on classic bibliographical references, and on references recently defended in the form of dissertations and theses. Elements about the capital ‘crisis-adjustment-crisis’ are presented, with the growth of exploitation and the increasing capital crisis, as well as the consequences of the implementation of structural

adjustments in Brazil, especially in Education and Physical Education. Finally, considering the contradictions of the denial of access to the cultural heritage of humanity, mainly to significant sectors of the working class, we identified concrete possibilities to face the burden of the historical weight to overcome the own process of capitalism degeneration, with a transitional program, aiming at the emancipation of the working class. A process that will not exempt Physical Education as an area of knowledge, field of training and professional performance.

Keywords: Physical Education, initial and continuing teacher training; Physical Education and professional performance; Physical education approaches and conceptions; Coup in Education.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto é destinado aos que defendem que a realidade é cognoscível, ou seja, é possível de ser conhecida (CHEPTULIN, 1982) e que a reflexão pedagógica exige visão de totalidade, radicalidade e rigorosidade (SAVIANI, 2009). Destina-se aos que defendem a frágil democracia e os direitos conquistados e, enfrentam os que defendem a continuidade de um sistema totalitário, ditatorial, denominado capitalista, que impõe a irracionalidade do capital (HARVEY, 2016; 2018), suprimindo direitos humanos e sociais. Destinado aos que reconhecem que a lógica capitalista está destruindo o meio ambiente, submetendo metade da humanidade a morrer de fome, desempregada e em guerras que atingem principalmente crianças, mulheres, jovens e velhos, sem piedade e sem normas civilizatórias.

É destinado aos que defendem que a ciência exige método rigoroso (MARX, S/D), e que as funções psicológicas superiores podem e devem ser desenvolvidas (MARTINS, 2015) e que o papel social da escola é desenvolver a psique humana, a personalidade, pela apropriação do conhecimento clássico, nuclear, historicamente acumulado pela humanidade (SAVIANI, 2008; 2013). Destinado aos que reconhecem que o objeto do currículo é a elevação da capacidade de reflexão teórica dos estudantes (COLETIVO DE AUTORES, 1992) e que para tanto é necessário observar princípios curriculares no trato com o conhecimento (MALANCHEN, 2016).

Destina-se aos profissionais de Educação Física que, junto com os demais profissionais da Educação, defendem direitos e conquistas que estão sendo retirados, destruídos, eliminados, pela implementação de um ajuste fiscal injusto que cobra dos mais pobres a manutenção dos lucros dos mais ricos (MONTORRO, 2014). Destinados aos que defendem o direito do acesso à cultura corporal como dever do Estado e direito social.

Apresentamos, portanto, sucintamente, o que significa a “crise-ajustes-crise” do capital que está a destruir a força produtiva (MONTORRO, 2014), bem como os dados sobre estes ajustes no Brasil em especial, na forma de ajuste fiscal e da emenda constitucional 95/2016 e seus impactos na Educação (FRIGOTTO, 2017; DOURADO, 2017). Finalizamos com contribuições sobre O QUE FAZER? Em tempos de destruição de forças produtivas, especificamente na pesquisa, na formação inicial e continuada e na atuação de profissionais de Educação Física.

2 A APLICAÇÃO DO AJUSTE FISCAL: CRISE-AJUSTE-CRISE

Mas, afinal, o que é Educação Física? Esta pergunta que nos acompanha (TAFFAREL, 1994; 1997) ao longo da história, tem sido respondida por vários autores e pode ser localizada nas proposições/concepções pedagógicas a respeito da “Atividade Física e Saúde” (GUEDES; GUEDES, 1993), nas proposições/concepções “Desenvolvimentista” (TANI, 2008); na “Pedagogia do Movimento Humano” (HILDEBRANDT-STRAMANN; LAGGING, 1986), na “Construtivista com ênfase na psicogenética” (FREIRE, 1997), na “Crítico-emancipatória” (KUNZ, 1991) e, “Crítico superadora” (COLETIVO DE AUTORES, 1992), entre outras.

A partir da utilização de uma rigorosa matriz de análise, que contempla uma série de indicadores e pressupostos os estudos continuam avançando. Conhecer tais referências, as necessidades que originaram tais abordagens/concepções, seus pontos de partida, seus problemas científicos, a delimitação da área de estudo, a delimitação de seu objeto, a definição do que são seus objetivos, a função social das instituições nas quais está inserida, em especial a função social da escola, o objeto do currículo, a proposta de conteúdo a ser tratada na escolarização, o conteúdo proposto para o processo de transmissão-assimilação do conhecimento, a contradição entre ensino e aprendizagem, o planejamento e sua referência na tríade conteúdo-forma-destinatário, as propostas quanto a conteúdo-método, objetivos-avaliação, tempo-espacos para o trabalho educativo, a resposta a perguntas sobre a articulação interna entre o que se ensina, como, quando e para quem se ensina, as concepção de ser humano e seu desenvolvimento, a concepção de sociedade, enquanto modo de produção da vida e suas leis, projeto histórico, projeto de escolarização, e dentro deles as concepções e responsabilidades de professores e demais destinatários, continuam sendo motivos de dissertações e teses.

O intuito no presente texto é suscitar novos estudos e tomar uma posição frente as várias abordagens/proposições pedagógicas, considerando a tendência a destruição das forças produtivas (MONTORO, 2014). Ao fazê-lo, busco delimitar a reflexão aqui exposta nos dados sobre a realidade econômica, política, social, ambiental da atualidade, as contradições aí presentes e, refletir sobre o que fazer?

Reputamos que a Educação Física, enquanto área do conhecimento, campo de formação inicial e continuada, e de atuação profissional, está determinada pelo modo de produção capitalista, que tem como hegemonia teórica as concepções da

classe burguesa, em confronto e conflito permanente com a classe trabalhadora, visto serem antagônicas as suas necessidades e motivações. Se a uma basta a produção social da cultura corporal e sua apropriação privada, para a outra há a necessidade vital da apropriação do patrimônio cultural produzido pela humanidade, para o máximo desenvolvimento dos indivíduos.

A cultura corporal em sua formulação mais avançada, enquanto síntese da produção humana que tem suas origens na sociedade comunal, no trabalho humano, até seus conteúdos mais sofisticados e criativos, presentes nos esportes de alto rendimento, a exemplo, nos campeonatos esportivos mundiais, nas Olimpíadas Esportivas Mundiais, é necessária e vital para o desenvolvimento dos seres humanos, para a formação de uma consciência necessária para a sua atuação no mundo, na direção da transformação da sociedade. Nos basta aqui e agora demonstrar, portanto, que a cultura corporal, na forma de área do conhecimento, de curso de formação inicial e continuada de professores e de campo de atuação profissional é vital, porque responde a necessidades de primeira e segunda ordem, para o desenvolvimento dos indivíduos.

Quando nos perguntamos como a Educação Física, enquanto área de conhecimento, de formação inicial e continuada e, campo de atuação profissional vem se desenvolvendo nos deparamos com as contradições próprias do modo do capital organizar a produção social dos bens e a socialização privada das mercadorias. Nos deparamos com a mercadorização tanto da produção do conhecimento, quanto da formação inicial e continuada, quanto da atuação profissional. Por isto nos perguntamos sobre os pilares centrais que sustentam o modo de produção da vida capitalista que está baseado na exploração dos seres humanos e da natureza.

Vamos encontrar explicações consistentes na obra de Frederich Engels (2012) *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Nessa obra, de forma brilhante Engels recupera todos os conhecimentos acumulados para descrever a origem da família – da família consanguínea, primeira etapa da família, a família punaluana, a família sindiásmica, a família monogâmica, enquanto primeira divisão social do trabalho entre o homem e a mulher para procriação dos filhos, primeiro antagonismo de classe (p.87). Recupera também, a gensiroquesa e a gens grega do Estado, passando pela gênese do Estado Ateniense, do Estado de Roma, dos Celtas e, dos Germânicos. Conclui demonstrando com dados de pesquisa, sobre as condições econômicas gerais que na fase superior da barbárie minavam a organização gentílica

da sociedade, e acabaram por fazê-la desaparecer, com a entrada em cena denominada “civilização”.

Engels demonstra, ainda, que é no antagonismo das classes que nasce o Estado. O Estado é, portanto, um produto da sociedade quando ela atinge um grau de desenvolvimento. O Estado, segundo Engels “é a demonstração de que a sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar”(ENGELS, 2012, p.213). Engels demonstra as raízes da submissão, da subsunção, do surgimento das classes sociais e, como surge e se sustenta a exploração do ser humano e da natureza.

Quando nos perguntamos sobre o atual desenvolvimento da sociedade, verificamos pelos fatos que as forças produtivas no capitalismo (trabalho-trabalhador-natureza-meios de produção, conhecimento científico e tecnológico – mercadorias e serviços produzidos em dadas relações de produção e troca social), no século XVIII e XIX, estavam em pleno desenvolvimento. No início do século XX, constatamos que as forças produtivas deixaram de crescer e as relações de produção acudizaram suas contradições (TROTSKY, 2018). Nem burguesia e nem os seus aliados conseguem saídas para as crises que se instalam, fazem baixar taxas de lucro e fomentam o nazismo e o fascismo na Europa, enquanto formas de governo e de políticas de Estado. Mesmo recorrendo a guerras, como Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a burguesia não abriu, não abre e nem abrirá uma perspectiva superadora das contradições que estão destruindo o planeta. O que constatamos é que desde a década de 70, são crises do imperialismo, em especial o Norte Americano, aplicação de ajustes e novas crises insuportáveis e avassaladoras.

Em pleno século XXI, as forças produtivas estão sendo destruídas, por forças destrutivas (MONTORO, 2014). Para manter taxas de lucros, estão sendo destruídos, o meio ambiente, o trabalho humano, o trabalhador, suas conquistas, seus direitos e, por contradições inerentes a produção social e apropriação privada, levando a própria humanidade e o planeta a destruição. Montoro (2014) demonstra os resultados econômicos, sociais e políticos que decorrem das crises-ajustes-crisis do capitalismo. Afirma que o resultado imediato dos ajustes estruturais, ajustes fiscais, são destruição econômica, regressão social e questionamento da democracia. É disto que se trata neste momento histórico no Brasil. E a isto estamos sujeitos, enquanto produtores do conhecimento científico, formadores de professores e, profissionais que tem como objeto de seu trabalho a cultura corporal, e que atuam em campos de trabalho que ora

se expandem e ora se retraem. Campos que mantêm uma regularidade: em todos eles, sejam no sistema educacional, saúde, esportivo de alto rendimento, políticas públicas, privado ou público, sempre teremos alguém que ensina, algo a ensinar, com determinados métodos, em determinados espaços educativos, com determinadas finalidades e tempos pedagógicos, a destinatários que buscam satisfazer suas necessidades de apropriação da cultura corporal, atribuindo-lhe sentidos e significados.

Entre as forças destrutivas, segundo Montoro (2014) estão os mecanismos gerados pela lógica do capital de subsumir o trabalho e manter taxas de lucro para destruir o Sistema de Proteção do trabalho e do Trabalhador (CASTIONI, 2008). Esses mecanismos podem ser identificados desde a produção social e apropriação privada, pela exploração da mais-valia relativa e absoluta, até os mecanismos do setor rentista que para manter as taxas de lucro provoca guerras, golpes, destrói democracias (KORYBKO, 2018), rasga constituições, destrói instituições democráticas e retira direitos e conquistas dos trabalhadores (VALIM, 2017).

Quando nos perguntamos como isto funciona na atualidade, em pleno início do século XXI, no Brasil, vamos encontrar a aplicação de “ajustes estruturais”, “ajustes fiscais”, designados pelo Banco Mundial de “ajustes justos”. Justos para quem? Para o setor rentista da economia, o setor bancário que vive de rendimentos absurdos extorquidos dos trabalhadores através da mediação do Estado burguês e seus poderes, judiciário, executivo e legislativo. A isso se somam os aparelhos ideológicos da burguesia que atuam, desde os meios de comunicação de massa, nas associações, igrejas, sistema educacional, sindicatos, partidos e demais movimentos sociais, em especial de direita.

O Brasil, nas relações internacionais do trabalho está submetido, como toda a Europa a ajustes estruturais que significam, em última instância, rasgar constituições, retirar direitos e conquistas, dilapidar, entregar, privatizar as riquezas do país, o patrimônio público, destruir a frágil democracia emergente, através de golpes empresariais-militares. Democracia conquistada após muita luta de setores de esquerda organizados em movimentos de luta social, em sindicatos e partidos de esquerda, para superar o período de ditadura empresarial-militar no Brasil. Disto não podemos esquecer.

Para que isto se efetive e a política econômica seja aplicada são realizados Golpes de Estado (JINKINGS; DORIA; CLETO, 2016), implementados regimes de

exceção (VALIM, 2017) e, por incrível que pareça, instituídos regimes autoritários, de extrema direita, com apoio dos militares, regimes autoritários, por vias “eleitorais” ditas “democráticas”, mas que se valem de estratégias de guerra para burlar as frágeis democracias (KORYBKO, 2018).

Os capitalistas não toleram sequer o “neodesenvolvimentismo” que representa um arranjo ao desenvolvimentismo capitalista com implementação de políticas sociais de caráter focal, compensatório, assistencialista. Isto é intolerável para a classe dominante econômica, política e ideologicamente. O capitalismo dependeu de algum tipo de participação política das classes populares, segundo Boito (2018, p. 99). O que os dados demonstram é que o ultra liberalismo não tolera a participação popular e muito menos as políticas sociais e as reivindicações dos setores populares. Toleram, sim, os apelos ao conservadorismo e ao totalitarismo. As eleições de 2018 assim o demonstram.

Segundo Francisco de Oliveira (2018, p.78), o liberalismo, em sua longa trajetória, na companhia do capitalismo retirou da política o caráter de decisão e na periferia o neoliberalismo completou o círculo: tornou-se irrelevante. O que vale são as leis do capital. Florestan Fernandes em sua obra “A Revolução burguesa no Brasil” demonstra que em uma sociedade periférica e dependente existe uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia, ou seja, um poder autoritário, absoluto (FERNANDES, 2005, p. 340). Isto está se expressando, por exemplo, nos superpoderes atribuído a determinadas pastas e ministérios no executivo brasileiro, a partir do Golpe de 2016 que se aprofundou nas eleições presidenciais de 2018.

O que precisa ficar evidente, porque os dados empíricos não o negam, é que a política econômica do ultraliberalismo, que está sendo aplicada no Brasil, trouxe consigo as maiores mazelas da humanidade que são os regimes nazifascista. Isto significa que a política é rebaixada e subserviente a lógica do capital e não a racionalidade humana civilizatória. É disto que se trata aqui, ou seja, estamos avançando na tendência a destruição das forças produtivas. Avançando para a barbárie. David Harvey (2016; 2018) designa este período como o de aprofundamento das contradições do capitalismo que sinalizam para seu final. Período de acentuada loucura da razão econômica.

Nos cabe identificar como isto está acontecendo no Brasil e verificar pelos fatos como está a atingir a Educação Física. Em especial a produção do conhecimento

científico, a formação inicial e continuada e, a intervenção profissional na Educação Física.

Vamos mencionar cinco medidas drásticas adotadas que repercutirão daqui a vinte anos ou mais, na vida de todos os que vivem no Brasil: (1) A entrega do Pré-sal para a exploração estrangeira, em especial às petrolíferas Norte Americanas, eliminando a possibilidade do fundo social para educação e saúde o que abria a possibilidade de aplicação de 10% do PIB em educação até 2024; (2) A emenda constitucional 95/2016 que estabelece um novo regime fiscal e limita investimentos públicos, principalmente com educação e saúde; (3) A Reforma Trabalhista que retira direitos instituídos há 88 anos no Brasil através da consolidação das Leis do Trabalho e que estabeleciam o Sistema de Proteção ao Trabalhador; (4) a Reforma do Ensino Médio e a Regulamentação da Base Nacional Curricular Comum que em definitivo rebaixa a capacidade teórica e esvazia a escola de seus conhecimentos nucleares, clássicos, fundamentais para o desenvolvimento dos indivíduos; (6) A “Escola Sem Partido” que representa, em última instância, a imposição do pensamento único, conservador, de direita, originário no seio de famílias burguesas que acaba com a escola laica, conforme historicamente defendida pela classe trabalhadora. Neste momento temos uma sexta medida drástica em curso, a reforma da previdência.

A seguir vamos delinear, minimamente, o grave contexto em que estamos inseridos, considerando somente o âmbito da Educação e da Educação Física. Somando-se o conjunto de ataque a direitos e conquistas dos trabalhadores veremos a gravidade da situação que pesa sob nossos ombros. É o fardo do peso histórico que o capitalismo e suas forças destrutivas nos legam.

3 O GOLPE NA EDUCAÇÃO FÍSICA E NA EDUCAÇÃO

O livro organizado por Jinkings, Doria e Cleto (2016) *Por que gritamos golpe* e o Livro de Korybko (2018) *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos Golpes* apresentam dados consistentes para sustentarmos a tese de que ocorreu, sim, um golpe no Brasil, que se soma aos Golpes que vem sendo impetrados em governos progressistas na América Latina. O Golpe no Brasil está, cada vez mais, se aprofundando. O livro de Valim (2017) *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo* nos permite, também, sustentar a tese de que o Estado de Exceção é a forma jurídica do neoliberalismo.

O Golpe no Brasil não se resume a um fato único, destituição de uma presidententa legitimamente eleita por 54 milhões de votos, mas, paulatinamente, vai se aprofundando e demonstrando a sua face oculta. Desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, passando pela Ação Penal 470, que inicia uma saga de perseguições e punições injustas desde 2004; a descoberta do Pré-sal em 2007 e seu volume de 50 bilhões de barris, passando pela eleição de Dilma Rousseff em 2014, a sua destituição em 2016, às medidas adotadas pelo Governo de Michel Temer neste interim, até a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, sem provas e sem lhe garantirem direitos previstos em lei, para afasta-lo do pleito eleitoral de 2018, até a designação de um Juiz de primeira instância à Ministro do Supremo Tribunal Federal para o mandato de 2019 a 2022, com superpoderes, bem como a extinção do Ministério do Esporte, entre outros, são sucessivas medidas já adotadas ou anunciadas, com a finalidade de consolidar no Brasil, um regime de extrema direita, que aprofunda a sustentação dos interesses do capital, por taxas de lucros exorbitantes, pelas riquezas, pelo patrimônio público e, pela mais-valia absoluta e relativa, gerada pelos trabalhadores superexplorados em trabalhos precarizados, flexibilizados, sem direitos trabalhistas.

Para delinear as consequências disto na Educação Física, vamos delimitar dados concretos sobre a Educação Física a partir do Ministério do Esporte, do Diagnóstico Nacional do Esporte (DIESPORTE), do Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC), da Rede CEDES e do Plano Nacional de Educação (PNE).

4 O GOLPE NA EDUCAÇÃO FÍSICA: O IMPACTO NO DIAGNÓSTICO NACIONAL DO ESPORTE, NO PELC, NA REDE CEDES

O Diagnóstico Nacional do Esporte foi executado pela UFBA, articulada com as Universidades UFRGS, UFRJ, UFG, UFAM, UFS, por encomenda do Ministério do Esporte, com financiamento do CNPq e FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). O Projeto foi coordenado pelos professores Cassia Damiani (Ministério do Esporte) Ailton Santana (UFS) e Celi Taffarel (UFBA). O intuito era a tomada de decisão estratégicas para o desenvolvimento do Esporte no Brasil, a partir de Políticas de Estado e de Governo democrático e popular, assentadas em um rigoroso e extensivo, sistemático e permanente Diagnóstico Nacional do Esporte. As variáveis estudadas foram o praticante ou não do esporte; a legislação esportiva; a

infraestrutura, gestão e administração do esporte; e, o financiamento esportivo. Sucintamente podemos concluir que a maioria da população não pratica esporte, que a juventude deixa de praticar esporte porque precisa trabalhar, que a infraestrutura esportiva é na maior parte privatizada, que a legislação esportiva carece de avanços para além do esporte de alto rendimento e dentro dele do futebol, e que o financiamento do esporte, é na sua maioria, de ordem privada e quando o financiamento advém do Estado a prioridade tem sido o alto rendimento.

O Diagnóstico demonstrou que cabem, sim, iniciativas estatais de vulto para criar um Sistema Nacional do Esporte, para fomentar, incentivar, propiciar, práticas corporais, considerando principalmente o sistema educacional, o sistema de saúde, o sistema de cultura, o sistema comunitário, popular e, o sistema de alto rendimento. Paralelo ao Diagnóstico, o Ministério do Esporte nas Gestões dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, veio incentivando a pesquisa e a criação de um Sistema Nacional do Esporte.

Os investimentos em Ciência e Tecnologia (CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) em parcerias com o Ministério do Esporte avançaram e, os recursos para a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior) cresceram, com novos projetos e ampliação do financiamento.

Os avanços nas agências de formação profissional foram visíveis no período de 2003 a 2016. Na formação de profissionais, ocorreu neste período a expansão do Ensino superior. Foram mais 18 Universidades com 133 campi universitários. Os Institutos federais de 144 Unidades em 2005, ampliaram para mais de 500 unidades em 2014. De 227,8 mil professores em 2002, o quadro docente foi ampliado para 388 mil em 2015.

A partir do Golpe de 2016, todos os investimentos regrediram. Muitos Programas e Projetos foram interrompidos com o Golpe e agora, com o anúncio da desestruturação do Ministério do Esporte, interrompem-se políticas esportivas de grande vulto para o povo brasileiro, políticas estas reivindicadas em três Conferências Nacionais do Esporte, ocorridas em 2004, 2006 e 2010.

Os impactos desta interrupção serão sentidos nos Grupos de Pesquisa sobre o Esporte que eram financiados pela REDE CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer), nos projetos de extensão das universidades financiados com recursos públicos e desenvolvidos em parceria com governos

Estaduais e Municipais, nas políticas do esporte de participação, esporte comunitário bem como, no esporte de alto rendimento. Basta conferir no próprio portal do Ministério do Esporte (http://portal.esporte.gov.br/institucional/secretaria_Executiva/programasSecretaria.jsp) e vamos verificar que no Esporte de Alto rendimento são mais de 6 Programas e Projetos e no Esporte –Educação, Lazer e Inclusão Social, são mais de 12 Programas e Projetos que estão ameaçados com a extinção do Ministério do Esporte. Destacamos a seguir alguns programas e projetos fadados a interrupção. **PROGRAMAS E AÇÕES:** Plano Brasil Medalhas; Rede Nacional de Treinamento; Centro de Iniciação ao Esporte; Centros Olímpicos de Treinamento; Bolsa Atleta; Segundo Tempo; Atleta na Escola; Brincando com Esporte; Esporte e Lazer da Cidade (Pelc); Vida Saudável (VS); Futebol Feminino; Seleções do Futuro; Sistema Nacional do Esporte; Lei de Incentivo ao Esporte; Diesporte Diagnostico Nacional do Esporte; Estádio Mais; Legado Esportivo.

Vale destacar que ficam comprometidas as ações da Secretaria de **Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social**. Dentro dela destacamos o **Programa Segundo Tempo** (PST) desenvolvido para democratizar o acesso à prática e cultura do esporte educacional, promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e, preferencialmente, regularmente matriculados na rede pública de ensino. Existia ainda o PST Paradesporto e o PST Universitário destinado a comunidade universitária (instituições públicas de ensino superior), prioritariamente o corpo discente. Ambos são vertentes do Programa Segundo Tempo, que embora tenham suas especificidades, sobretudo devido ao público-alvo atendido, ambos seguem os mesmos princípios do Programa Segundo Tempo.

Outro Programa relevante é o **Esporte e Lazer da Cidade** (PELC) que se desenvolve por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS), vinculado aos Departamentos de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais (DEDAP) e Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (DEGEP), sob a coordenação da Coordenação Geral de Lazer e Inclusão Social (CGLIS) e da Coordenação Geral de Acompanhamento da Execução (CGAE). Criado em 2003, o PELC, além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, estimula a convivência

social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, favorece a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos. Segundo dados do portal do Ministério do Esporte, o programa completou 14 anos, tendo realizado um trabalho de relevância social. O principal deles é o de consolidar os Programas Esporte e Lazer da Cidade, conscientizando os parceiros a respeito da importância do investimento nas políticas públicas de esporte e lazer, no sentido de contribuir para que essas avancem do atual estágio de política de um governo para dimensão mais ampla de Política de Estado.

Atualmente o PELC possui dois tipos de núcleos: Núcleos Urbanos, (voltando aos centros Urbanos) e os Núcleos para Povos e Comunidades Tradicionais (voltado para grupos culturalmente diferenciados como povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, dentre outros). Outro destaque dos programas e projetos do Ministério foi o reconhecimento do núcleo Vida Saudável do PELC como um importante Programa Social. Seguindo a proposta do PELC, o Programa Vida Saudável se difere por beneficiar preferencialmente os idosos. Nesse sentido, as atividades dos núcleos do Programa Vida Saudável são pensadas de forma que atendam e possibilitem a participação e o protagonismo desse público específico.

A **Rede Cedes** - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer foram implantados como ação programática do Ministério do Esporte em 2003. Essa iniciativa estava voltada, para o fomento da pesquisa integrada ao Programa Brasil Potência Esportiva - “Estudos e pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento do esporte”-, em que era gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte. Em 2004, a ação “Estudos e pesquisas”, junto com a de “Edição e distribuição de material técnico e científico relacionados ao esporte recreativo e de lazer”, transformou-se na Rede Cedes, integrando o conjunto de atividades do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) direcionado para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e do Lazer. O último edital que compreendeu essa integração com o PELC foi publicado em 2011. Atualmente, está sob a responsabilidade do Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/DEDAP, da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/SNELIS. O Ministério do Esporte, no ano de 2013, firmou parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio da Chamada ME/CNPq nº091/2013, com vista à seleção de pesquisa científica,

tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do Esporte em suas diferentes dimensões.

Do histórico da Rede Cedes conclui-se que a Rede viveu seis momentos importantes: (1) quando foram estabelecidas parcerias com grupos de pesquisas de Cursos de Educação Física das Universidades públicas brasileiras para apoio a pesquisas voltadas ao esporte recreativo e lazer; (2) ampliação de apoio ao aprofundamento e à consolidação de pesquisas que qualifiquem a política de esporte e lazer do País; (3) criação, em 2007, de edital público anual para seleção de projetos para apoio a pesquisas de esporte e lazer, que, em 2011, realizou sua quarta edição; (4) ampliação do fomento à pesquisa social sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer e o investimento na gestão do conhecimento produzido pela Rede Cedes, sua ampla sistematização e socialização, busca contribuir com a qualificação das demais ações do PELC e a capacitação de gestores, agentes e estudiosos de esporte e lazer brasileiros e de outros países; (5) identificado pela colaboração do Ministério do Esporte e CNPq na chamada ME/CNPq n.091/2013, na qual três linhas de pesquisa foram apoiadas pela Rede Cedes; (6) chamada convite de novos projetos no ano de 2014, além da participação no Edital do Programa de Extensão Universitária (ProEXT) 2015. Destacamos esses programas porque tivemos a oportunidade de participar efetivamente dessas importantes iniciativas.

Cabe, sim, a crítica aos governos do PT e destaco aqui quatro razões: (1) a conciliação de classe com a burguesia; (2) a adaptação ao Estado burguês; (3) a não-realização de reformas estruturais de interesse da classe trabalhadora; (4) o pacto de governabilidade com as elites, e não assentado em acordos com a classe trabalhadora para atender suas reivindicações. Mas, esta crítica somente procede se inserida na análise rigorosa da correlação de forças presentes neste período de 2003-2016. Procede se inserida na análise histórica do Brasil desde 1500 e a estrutura de poder construída e alicerçada pelas oligarquias, pelos empresários, pelos detentores do poder econômico, ideológico e político que sempre deram a maioria as classes exploradoras. Cabe sim, mas com a honestidade de admitir os acertos, as realizações, as consequências positivas para a classe trabalhadora. Cabe, sim, com as lições derivadas da prática, para que na próxima oportunidade, os avanços para a classe trabalhadora sejam bem maiores do que os retrocessos.

5 O EPICENTRO DOS ATAQUES: O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

Ao considerarmos o PNE, não podemos perder de vista os fatos que estão demonstrando o não cumprimento do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Mesmo sendo um Plano com fortes influências do setor privatista, ele resultou do forte enfrentamento empreendido por parte dos setores que defenderam a educação pública, laica, de qualidade socialmente referenciado, setores estes atualmente articulados no Fórum Nacional Popular de Educação com mais de 30 entidades. Vale ressaltar que a partir de 2016 quando do golpe imperialista-jurídico-parlamentar-empresarial-militar-midiático que destituiu uma presidenta legitimamente eleita por 54 milhões de votos, Dilma Vana Rousseff, estamos vivendo um Estado de Exceção que é a forma jurídica do neoliberalismo (VALIM, 2017), ou seja, do capitalismo imperialista na sua fase superior (LENIN, 2007).

Este Golpe está se aprofundando com a prisão do Ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, e com os ataques ao Partidos dos Trabalhadores (PT), o que inviabilizou sua candidatura ao processo eleitoral a presidência da república em 2018.

O epicentro das políticas de Estado para a Educação brasileira, segundo Dourado (2017) é o PNE, com vistas as privatizações das escolas públicas e a abertura das ações criminosas das Organizações Não Governamentais (ONGs), igrejas, Instituições não governamentais (SIMÕES, 2017), visando transferir recursos públicos para iniciativa privada.

Para efetivar essa política destrutiva soma-se a “Escola Sem Partido” (FRIGOTTO, 2017) que é o controle ideológico (ADUSP, 2004) por parte da classe dominante exploradora, burguesa, sob a classe trabalhadora, pela via de Leis que estão tramitando nos parlamentos Municipais, Estaduais e Federal. Segundo Frigotto (2017), esse aparato jurídico ameaça não só a educação brasileira, mas toda a sociedade brasileira, a esse projeto do capital para educação (ANDES-SN. 2016), se soma as Reformas do Ensino Médio (BELTRÃO; TAFFAREL, 2017), e a sua regulamentação através da Base Nacional Comum Curricular (CURY; REIS; ZANARDI, 2018) e a Política de Formação do Magistério (BRZEZINSKI, 2018) orientada pelo governo golpista de Michel Temer.

Segundo Saviani e Duarte (2012) a luta de classes na educação escolar se evidencia pela disputa sobre os rumos da formação humana e da política

educacionais. Temos assim, as evidências do acirramento da luta de classes na disputa de projetos históricos e projetos de escolarização da classe trabalhadora.

Quando destacamos do conjunto de medidas que já foram implementadas como o desmonte do Ministério de Reforma Agrária que tratava do Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária e o anúncio do desmonte do Ministério de Esporte, para mencionar dois dos oito ministérios já desmantelados e dos que ainda serão desmantelados, podemos dimensionar as consequências para as pesquisas na área e para o desenvolvimento do esporte comunitário, estudantil e de alto rendimento. Nada, absolutamente nada escapará da sana destrutiva dos que pregam o mínimo para o social e o máximo para o capital (NEVES, 2010).

As repercussões atingirão a produção do conhecimento científico, a formação inicial e continuada e a atuação dos profissionais de Educação Física. Os dados são evidentes – aumenta o setor privado no Ensino Superior, aumenta o ensino superior a distância e, aumenta a tendência a divisão na formação entre licenciatura e bacharelado (HACK, 2017). Esta divisão não encontra respaldo epistemológico e se justifica pela ganância ao lucro que advém da divisão em dois cursos. Sobre os interesses de rebaixar a capacidade teórica dos professores já na formação basta verificar que a Resolução 02/2015 que trata de diretrizes nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação não está sendo implementada. Estas diretrizes demandaram 10 anos de estudos, reflexões e discussões (DOURADO, 2017).

E no meio do caminho mais uma pedra, a saber, o sistema CREF/CONFED (Conselho Regional e Conselho Federal de Educação Física), que desempenha o papel social de braço regulador de mercado de trabalho, do Estado burguês, que se alia ao braço armado para constranger, limitar atuação e, rebaixar, pela alienação, a formação e atuação dos profissionais da área de Educação Física. Isto é evidente não só na função social atribuída na lei, mas também no código de ética, e nas demais propostas deste Conselho autoritário e alienador da categoria dos profissionais de Educação Física. O que aqui afirmamos pode ser comprovado perante as leis maiores que regem o Brasil, a Constituição Federal de 1988, que completou 30 anos e as Leis Menores que são evocadas para implementar medidas autoritárias e restritivas aos professores formados em cursos de nível superior. O CREF/CONFED está intervindo na autonomia das universidades e no direito ao trabalho dos que se formam em cursos universitários.

6 E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO?

Quanto à produção do conhecimento científico na área da Educação Física, levando em conta os estudos de Gamboa (1987), Souza e Silva (1997) podemos afirmar que não ocorreram alterações substantivas no que diz respeito a, local da produção, financiamento, matrizes teóricas que fundamentam tal produção. Ao analisar, a partir das abordagens metodológicas, a problemática epistemológica das dissertações e teses aprovadas nos Cursos de Pós-Graduação em Educação do Estado de São Paulo (1971-5.934), utilizando como categoria metodológica fundamental, a relação entre o lógico e o histórico, Gamboa constatou que as abordagens empírico-analíticas representaram 66%, as fenomenológico-hermenêuticas 2.5% e as crítico-dialéticas 9.5%, explicitando-se as categorias técnicas, teóricas, epistemológicas (níveis de articulações explícitas) e as categorias gnosiológicas e ontológicas (pressupostos implícitos).

A reconstrução da lógica entre as abordagens metodológicas e seus pressupostos revelou os nexos entre conhecimento e interesse presente nos processos de pesquisa. Esses dados também foram encontrados nas investigações de Rossana Valeria de Souza e Silva, porém com indicação da possibilidade de um reordenamento teórico. O que constatamos 40 anos após os estudos de Gamboa (1987) e 30 anos após os estudos de Souza e Silva (1997) que, com o avanço da extrema direita e a perseguição desencadeada ao marxismo, que provavelmente teremos um período de extrema dificuldade para o desenvolvimento da matriz teórica marxista no Brasil.

A hegemonia continua sendo dos cursos de pós-graduação do Sul/Sudeste, o financiamento maior é para estas regiões e, as matrizes científica-hegemônicas são o positivismo, a fenomenologia, o multiculturalismo e o pós-modernismo.

São necessárias outras mediações na produção do conhecimento na perspectiva emancipatória, da superação da sociedade dividida em classes sociais. Essas tendências que mencionamos sobre local da produção, financiamento e matrizes teóricas podem ser identificadas nos pressupostos teórico-metodológico das abordagens/concepções da pesquisa em Educação Física (GAMBOA, GAMBOA, 2015) na formação inicial e continuada de professores de Educação Física e, na

atuação profissional em campos de trabalho que ora se expandem e ora se contraem de acordo com a irracionalidade do capital.

Os estudos de Malanchen (2016) sobre teorias curriculares demonstram que a partir da década de 90 no Brasil, pela luta de movimentos sociais por suas pautas específicas, fizeram emergir questões em relação ao currículo escolar, como diversidade cultural, valorização da subjetividade, deslocamento da discussão sobre classes sociais para discussão de gênero, raça, etnia, religião e orientação sexual. Essas questões foram hegemonicamente tratadas com matrizes pós-modernas, amparadas no relativismo cultural, na negação da ciência, no neomarxismo que segundo Perry Anderson (2004) merece críticas porque desloca o eixo dos estudos para a superestrutura, para a cultura e subsume as leis gerais que regem o modo de produção capitalista, as leis do Estado burguês e as leis da luta de classes.

Frente a tal contexto que abre espaço para a direita conservadora, homofóbica, sexista, racista, xenofóbica, nazista, fascista se expandir, aliada aos grandes negócios capitalistas, manipulando ideologicamente grandes massas da população, os indagamos sobre o que fazer?

7 O QUE FAZER?

Para concluirmos, com base nas referências bibliográficas que produzimos nos últimos 30 anos, presente em teses, dissertações, livros e artigos em periódicos, vamos destacar quatro dimensões da luta a ser travada no próximo período:

- (1) REIVINDICAÇÕES IMEDIATAS: manter bem alto as reivindicações imediatas, mediatas e históricas dos trabalhadores. Isto na Educação Física se traduz no direito ao acesso à cultura corporal na escola e para além da escola através de políticas públicas, de Estado e de Governos, para incluir, democratizar, universalizar, emancipar a classe trabalhadora do jugo irracional do capital. Isto significa valorização do magistério na formação e atuação profissional (ANFOPE, 2017). Isto significa boas condições de trabalho, de carreira, de salários, de seguridade social – saúde, assistência, previdência-, de gestão democrática e de organização dos trabalhadores para a luta pelas reivindicações. Isto significa, de imediato, respeitar os direitos de pessoas com deficiência, mulheres, negros, índios, quilombolas, LGBT (ANDES-SN, 2017) e demais segmentos que compõe o povo brasileiro,

direito de acessar a cultura corporal em diferentes instituições, programas e projetos de políticas públicas.

- (2) REIVINDICAÇÕES MEDIATAS: Lutar para derrubar o entulho autoritário aprovado pelos golpistas, no último período, dentro do que mencionamos a entrega do Pré-sal, a terceirização sem limites, a reforma trabalhista, a EC 95/16, a Reforma do Ensino Médio, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para o Ensino Médio, a política de formação para o Magistério, entre outras medidas que foram e estão sendo adotadas. Ressaltamos que são necessárias reformas democráticas, no judiciário, na tributação, nos meios de comunicação, Reforma Agrária, entre outras necessárias para avanços dos que significa interesse da classe trabalhadora. Entra aí a defesa da democracia e dos direitos e conquistas da classe trabalhadora. Entra aí o epicentro da defesa da democracia que é a liberdade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
- (3) REIVINDICAÇÕES HISTÓRICAS: formar profissionais – formação inicial e continuada e atuação profissional – na perspectiva da emancipação da classe trabalhadora, na perspectiva da superação do modo de produção capitalista. Na perspectiva do projeto histórico para além do capital (MESZÁROS, 2002).

Entre o imediato e o histórico estão as mediações necessárias, contidas em um programa de transição (TROTSKY, 2018) que abarque a luta cotidiana imediata, mas não perca de vista o histórico.

A Educação Física, junto com outras áreas do conhecimento, deve se manter firme na defesa do direito de todos de acessar o mais elaborado da cultura humana, para criticá-lo, entendê-lo, explicá-lo cientificamente e, pelo enfrentamento das contradições, construir a humanidade e não a barbárie.

Como fazê-lo metodologicamente? Continua válida a proposta, agora aprofundada em dissertações e teses nos últimos 30 anos, da obra *Metodologia do Ensino da Educação Física*. Obra baseada em referências marxistas, em uma perspectiva de formação emancipatória, que atribui a escola a função social de elevar as funções psicológicas superiores dos estudantes, o faz através do currículo escolar que tem como objeto a elevação da reflexão pedagógica dos estudantes, que se vale do trato com o conhecimento em ciclos de ensino aprendizagem. Vale destacar nesta perspectivas das teses recentemente desenvolvidas de Ana Rita Lorenzine (2013), que

demonstra como podemos elevar a capacidade teórica dos estudantes nas aulas de Educação Física, tese de Flavio DantasAlbuquerque Melo (2017) que demonstra a base conceitual da teoria da atividade aplicada a Educação Física subsidiando a teoria pedagógica e a metodologia do ensino da Educação Física e, tese de David Romão Teixeira(2018) que demonstra os avanços na metodologia do ensino críticasuperadora a partir das contribuições da teoria histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica.

8 CONCLUSÃO

Pesa sob nossos ombros o fardo do tempo histórico (MESZÁROS, 2002; 2003; 2007). Tempo de degeneração e decadência de um sistema, de um modo de produção da vida complexo e que está a destruir forças produtivas. Tempo histórico de grandes desafios. Tempos do século XXI em que nos interrogamos: socialismo ou Barbárie?

Cabe-nos responder situados historicamente. Somos professores e professoras que estamos sendo severamente atacados, no exercício de nossa profissão, pelos ideólogos da “Escola Sem Partido”, pela ação de um judiciário partidarizado, pela ação de um parlamento em que a hegemonia está com as bancadas do Boi (Latifundiários), da Bala (Forças armadas e empresários) e, da Bíblia (Evangélicos, predominantemente pentecostais). Esse ataque decorre do fato de que tratamos da “verdade” que é cognoscível, sim, e que impacta nas funções psicológicas superiores. E isto impacta na capacidade da classe trabalhadora de constatar, problematizar, instrumentalizar-se e criar, no enfrentamento das contradições, de uma prática social em um patamar de luta pela emancipação humana do jugo do capital, superior. Os que pretendem ter lucros e submeter a maioria dos povos ao jugo do imperialismo, em especial Norte Americano e das grandes corporações, não encontrarão facilidades perante populações instruídas sobre outro modo de produção da vida para além do capital (MESZÁROS, 2002).

As mediações necessárias para a produção do conhecimento, da formação de profissionais e atuação profissional, nesta perspectiva emancipatória, podem ser identificadas nos pressupostos teórico-metodológicos das abordagens/concepções da

pesquisa em Educação Física (GAMBOA; GAMBOA, 2015) na formação inicial e continuada de professores de Educação Física e, na atuação profissional em campos de trabalho que ora se expandem e ora se contraem de acordo com a irracionalidade do capital.

E, como bem destaca Eleanor Burke Leacock, no pós-fácio do livro de Engels *A Origens da família, da propriedade privada e do Estado*”, intitulado “*Introdução à edição Estadunidense (...):*“a Humanidade não pode continuar por muito tempo na desordem na qual entrou. Será necessária a compreensão para nos salvarmos e, no atual estágio da história, no mínimo, a forma de compreensão chamada marxismo” (LEACOCK, 2012, p. 292).

REFERÊNCIAS

ADUSP, Associação dos Docentes da USP. **O controle ideológico na USP: 1964-1978**. São Paulo: ADUSP, 2004.

ANDERSON; Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANDES-SN, Sindicato Nacional dos Docentes das instituições de Ensino Superior. **Projeto do capital para a educação: análise e ações para a luta**. Brasília, DF: ANDES-SN, mar. 2016

ANDES-SN, Sindicato Nacional dos Docentes das instituições de Ensino Superior. **Contra todas as formas de assédio, em defesa de direitos das mulheres, das/os indígenas, das/os negros, e das/os LGBT**. Brasília, DF: ANDES-SN, Julho. 2017.

BELTRÃO, José Arlen; TAFARELL, Celí. A ofensiva dos reformadores empresariais E a resistência de quem defende a educação pública. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 587-601, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/>>

BOITO; Armando. **Reforma e crise política no Brasil: Os conflitos de classe nos governos do PT**. São Pulo: UNESP, 2018.

BRZEZINSKI, Iria (org.). **Políticas de formação do magistério: ANFOPE em movimento**. Goiânia-GO: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

CASTIONI, Remi. **O sistema de proteção ao trabalho no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CHEPTULIN; Alexandre. **A Dialética Materialista**: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega; 1982.

CURY, Carlos Roberto Jamil; REIS, Magali; ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. **Base nacional comum curricular**: dilemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano nacional de educação**: o epicentro das políticas de estado para a educação brasileira. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, ANPAE, 2017.

ENGELS, Friederich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Floresta. **A Revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo 2005.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro**: teoria e pratica da Educação Física. São Paulo: Sapience, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GAMBOA, S. S. **Epistemologia e pesquisa em Educação**: estrutura lógica e tendência metodológica. 1987. Tese (Doutorado), Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1987.

GAMBOA, Márcia Chaves; GAMBOA, Silvio Sánchez. **Produção do conhecimento na educação física**: balanços, debates e perspectivas. Maceió: EDUFAL, 2015.

HACK; Cassia. **Formação de professores e professoras de educação física no Brasil e o embate de projetos no campo de conhecimento da saúde**: contribuições da teoria pedagógica histórico-crítica. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da UFBA, 2017.

HARVEY: David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY: David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o Capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

HILDEBRANDT-STRAMANN, Reiner; LAGGING, Ralf. **Concepção aberta no ensino da Educação Física**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

KORYBKO; Andrew. **Guerras Híbridas**: das revoluções coloridas aos Golpes. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

KUNZ, Elenor. **Educação Física Ensino e Mudança**. Ijuí: Unijui, 1991.

LEACOCK; Eleanor Burke. Pós- Fácio “**Introdução à edição Estadunidense**”. In: ENGELS, Friederich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 Ed. São Paulo: Expressão popular, 2012.

LENIN, Vladimir Ilyich. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. Brasília: Nova Palavra. 2007.

LORENZINI, Ana Rita. **Conteúdo e método da educação física escolar: contribuições da pedagogia histórico-crítica e da metodologia crítico superadora no trato com a ginástica**. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da UFBA, 2013.

MALANCHEN, Julia. **Cultura, conhecimento e currículo**. Campinas: Autores Associados, 2016.

MARTINS; Ligia Márcia. **O Desenvolvimento do psiquismo e a Educação Escolar: Contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Campinas-SP: Autores Associados, 2015.

MARX, K. Prefácio à “Crítica da Economia Política”. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa Omega, S/D.

MELO, Flavio Dantas Albuquerque. **Contribuições da teoria da atividade para o ensino da educação física escolar**. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, 2017.

MESZAROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, Editora Unicamp, 2002.

_____. **O Século XXI: Socialismo ou Barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo 2007.

MONTORO; Xabier Arrizabalo. **Capitalismo Y Economía Mundial. Bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI**. Madrid/Espanha: Instituto Marxista de Economía. Universidad de Arte Y Ciencias Sociales e Universidad de Concepción. 2014.

NEVES: Lucia Maria Wanderley. **Direita para o social e esquerda para o capital**. São Paulo: Xamã, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, coleção polêmicas do nosso tempo, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: Primeiras aproximações**. 11 Ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI; Dermeval. Educação: **Do senso comum à consciência filosófica**. 18 Ed. Campinas: Autores Associados. 2009.

SIMÕES, Roberto Alves. **A ação criminosa das ONGs: a privatização da escola publica**. 1.ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SOUZA E SILVA, Rossana. **Pesquisa em Educação Física: determinações históricas e implicações epistemológicas**. 1997. Tese (Doutorado em Educação Física). UNICAMP, 1997.

TAFFAREL, Celi NelzaZulke. **Perspectivas Pedagógicas em Educação Física**. In: GUEDES; Onacir Carneiro. **Atividade Física: uma Abordagem Multidimensional**. João Pessoa: Idéia, 1997.

TANI; Go. Abordagem desenvolvimentista: 20 anos depois. **Revista de Educação Física**, UEM, Maringá, v. 19, N. 3. P. 313-331, 2008

TEIXEIRA, Davi Romão. **Educação física na pré-escola: contribuições da metodologia do ensino crítico-superadora**. 2018. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, 2018.

TROTSKY, Leon. Programa de Transição. In: MARX E ENGELS; LENIN; TROTSKY. **O Programa da Revolução**. 4. Impressão, Brasília: Nova Palavra, 2018.

VALIM, Rafael. **Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

Recebido em: 13/11/2018